



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Relatório de Estágio
Embaixada de Portugal
em Roma

Carolina Isabel Correia Pedrosa

Relatório para obtenção do Grau de Mestre
em Relações Internacionais
(2º ciclo de estudos)

Covilhã, junho de 2013

Dedicatória

A Quem sempre me orientou.

Agradecimentos

Terminado este trabalho, não poderia deixar de agradecer às pessoas que me acompanharam durante este percurso e me apoiaram.

Em primeiro lugar a Deus por esta experiência única de poder elaborar um estágio em Roma.

Aos meus orientadores, Professoras Teresa Cierco por estar sempre presente e predisposta a auxiliar-me neste percurso académico desde a licenciatura e também um agradecimento á professora Ivone Ferreira.

Aos meus pais, que me proporcionaram apoio incondicional para levar este até ao fim.

Ao João Coelho, pela força e incentivo.

À Sofia Cabete, Hernâni Azenha e Carla Coelho, familiares com qualidades insubstituíveis, por acreditarem em mim e fazerem a revisão do texto deste relatório.

Agradeço ainda a bons amigos com que fui mimoseada diariamente neste percurso, André Martinho, Miriam Calado, Cristiana Sofia, Mariana Figueiredo, Sara Antunes, entre tantos outros.

Resumo

Por razões políticas, económicas, culturais ou sociais, todo o Estado precisa de se relacionar com outros Estados e com instituições estrangeiras para o seu próprio desenvolvimento. Sem dúvida que o corpo diplomático é a chave para o sucesso de uma boa política externa, assegurando e protegendo as informações entre os dois Estados.

Cabe ao corpo diplomático assegurar a representação do estado emissor, informando-o dos acontecimentos políticos, situação económica, eventos culturais e avanços da ciência do Estado que os recebe. Negociar com o governo local é fundamental para atingir objetivos e interesses comuns, criar laços e relações sociais.

A garantia de proteção é uma das principais funções de uma embaixada, sendo esta responsável por defender os interesses do Estado, como referi anteriormente, mas também garantir os direitos das empresas, trabalhadores e residentes que estejam por algum motivo no país recetor. A Chancelaria tem de garantir os seus direitos e estabelecer contactos e boas relações com as autoridades locais para facilmente chegarem a um acordo.

O Estágio realizado tem por base três meses de trabalho na Embaixada Portuguesa em Roma para a conclusão de Mestrado em Relações Internacionais e para desenvolvimento intelectual e profissional das vastas áreas de trabalho que uma Chancelaria contém.

Palavras-chave

Relatório, Estágio, Relações Internacionais, Embaixada, Diplomacia, Itália.

Abstract

For political, economical, cultural or social reasons, every State needs to relate with other States and with foreign institutions for its own development. It is unquestionable that the diplomatic corps is the key to the success of an effective foreign policy, securing and protecting the information between the two States.

It is up to the diplomatic corps to represent the State, informing it of the political events, economical situation, cultural events and scientific advances of the host country. Negotiating with the local government is critical to achieve common goals and interests and to create bonds and social relations.

The warranty of protection is one of the main functions of an embassy, which is responsible for defending the interests of the State, as mentioned earlier, but also ensures the rights of companies, workers and residents who are for some reason in the host country. The Chancellery must secure their rights and establish contacts and good relations with local authorities to easily reach agreements.

The internship builds on the three months of work that I've developed at the Portuguese Embassy in Rome to complete the Masters Degree in International Relations.

Key words

Report, Internship, International Relations, Embassy, Diplomacy, Italy.

Índice

Índice geral	x
Lista de Figuras	xii
Lista de Acrónimos	xiv
INTRODUÇÃO	16
CAPITULO I - DIPLOMACIA EM CONTEXTO	18
1.1. Conceito de Diplomacia	18
1.2. Atividade Diplomática	21
CAPITULO II - ESTÁGIO CURRICULAR - APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	25
2.1. Embaixada de Roma	25
2.1.1. Missão	26
2.1.2. Organograma	27
2.2. Relações Diplomáticas Portugal-Itália	29
2.3. Breve História da Cidade de Roma	34
CAPÍTULO III - ESTÁGIO CURRICULAR - APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	39
3.1. Relatório da Organização Económica de Cooperação e Desenvolvimento e Estratégia de Itália Para o Crescimento Orçamental	40
3.2. Notícias (Análise de Conteúdo)	41
3.3. Contabilidade	41
3.4. Relatório da Embaixada	42
3.5. Angariação de livros para uma instituição	43
3.6. Diversos	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
BIBLIOGRAFIA	48

Lista de Figuras

- 1 Organograma da Embaixada
- 2 Organograma da Atividade Consular

Lista de Acrónimos

a.C.	antes de Cristo
BCE	Banco Central Europeu
BMEP	Boletim Mensal da Economia Portuguesa
CE	Comissão Europeia
d.C.	depois de Cristo
Fig.	Figura
FMI	Fundo Monetário Internacional
IIC	Instituto Italiano da Cultura
ISTAT	Instituto de Estatística Italiana
LE	Língua Estrangeira
OI	Organização Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
Org.	Organização
P.P	Pontos percentuais
Pp.	Páginas
Séc.	Século

Introdução

O presente relatório surge como elemento final de avaliação, no último ano do Mestrado em Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior. O estágio foi acordado entre a Universidade da Beira Interior e a *Ambasciata del Portogallo a Roma* (Embaixada de Portugal em Roma), representada pelo Conselheiro Francisco Duarte Alegre e pela Dr.^a Rita Lourenço. Compreendeu um tempo de duração entre 01 de Outubro de 2012 e 18 de Dezembro do mesmo ano – o fim previsto era 31 de dezembro, no entanto, devido ao período natalício, foi antecipado.

A motivação da discente em preferir a Embaixada incluiu objetivos de desenvolvimento de competências profissionais, num meio onde as relações internacionais são um ícone permanente, com vista à implementação da autoconfiança, disciplina, método de trabalho, capacidade de cumprir prazos e horários, capacidade de integração em instituições e equipas de trabalho. Outro objetivo incluía desenvolver um trabalho relevante na dinâmica da Chancelaria contribuindo para a manutenção da notoriedade da mesma.

O estágio curricular permitiu pôr em prática os conhecimentos e ensinamentos teóricos adquiridos no primeiro ciclo, em disciplinas díspares como as relacionadas com Relações Internacionais, Ciência Política, História Política Contemporânea e Língua e Cultura Italiana – curso frequentado durante um semestre – em conjunto com os conhecimentos adquiridos ao longo da especialização para a obtenção do grau de Mestre. Esta experiência, que assume contornos profissionalizantes, deu à discente a possibilidade de uma qualificação complementar para o mercado de trabalho, abrindo perspectivas à real concretização do funcionamento de uma Embaixada – no caso, a portuguesa.

O presente relatório foi organizado em três capítulos que perpassam as questões de estrato teórico, histórico-organizacional e prático. Assim, o *Capítulo I – Diplomacia em Contexto* – enquadra e esclarece o conceito de diplomacia entre os vários dicionários e autores da área das Relações Internacionais. Este enquadramento será útil para refletir sobre a conceptualização da diplomacia e analisar o seu exercício diário, assim como a sua importância na missão diplomática, isto é, os seus atores, ações e efeitos.

O *Capítulo II - Estágio Curricular - Apresentação da Instituição de Acolhimento* – terá como base a apresentação do Estágio Curricular e da respetiva instituição de acolhimento, que contará com referências à localização espacial; planos de relações multilaterais, quer com a Organização das Nações Unidas (ONU), quer com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); a explicitação da missão diplomática¹ da Embaixada de Portugal em

¹ Esta missão é lançada anualmente no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros. De acordo com a [Lei n.º 66-B/2007](#), de 28 de dezembro, o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP) integra, entre outros, o subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública (SIADAP 1). No ano de 2012, foi acrescentada à Chancelaria uma nova função que visava promover a melhoria organizacional da estrutura, processos e pessoas.

Roma; a apresentação dos organogramas divididos em duas figuras, sendo que a primeira mostra a hierarquia e funções desempenhadas por parte do Consulado e, a segunda figura, a hierarquia e as funções de cada trabalhador na Embaixada. Ainda no *Capítulo II*, será feita uma sucinta apresentação das relações entre Portugal e Itália, bem como uma sumária história da cidade de Roma, para enquadrar a ligação entre as duas capitais.

No *Capítulo III – Estágio Curricular - Atividades Desenvolvidas* –, serão descritas as razões da escolha dos orientadores do relatório, bem como a apresentação dos coordenadores de estágio. De seguida, serão expostas de forma exaustiva e detalhada as atividades realizadas pela discente na Embaixada de Portugal em Roma.

O fecho do relatório incide na reflexão da discente sobre o Estágio Curricular e correspondente adequação à base teórica que o fundamentou.

Todo o relatório foi executado metodologicamente com base em dados de diferentes autores – consultados em suporte papel ou hipertexto –, assim como na experiência prática em contexto chancelar. O estagiário, na elaboração de conteúdos, respeitou as regras de boa conduta na atividade diplomática, será conciso, claro e rigoroso. A recolha de fontes e documentos possibilitou a realização de uma análise bibliográfica e académica sobre o tema escolhido.

Sendo o âmbito do relatório a diplomacia, adotou-se, a partir das várias Teorias das Relações Internacionais, a corrente realista, ou seja, o realismo como identificador das forças e das linhas de poder em atuação num determinado momento. A teoria realista é muito importante quando se trata de relações internacionais, assim como, quando se fala em política internacional. Segundo o realismo, o poder incide num conjunto de relações que constituem o tecido social, sendo que este poder pode construir ou destruir. O realismo retrata as relações políticas entre os estados, considerando válidas apenas as variáveis políticas, isto é, diplomáticas e militar-estratégicas. Esta teoria foi inspirada em Maquiavel e principalmente em Hobbes, com o seu estado de natureza de “guerra de todos contra todos”. A teoria realista surgiu em contraposição ao idealismo. No séc. XX, o seu principal autor foi Hans Morgenthau (Lacerda, 2006: 56-57).

Do ponto de vista académico, espera-se que este estudo possa contribuir para a aquisição de novos conhecimentos no impacto da diplomacia nos meios das relações internacionais.

Capítulo I - Diplomacia em Contexto

1.1 Enquadramento Teórico

Para refletir sobre a conceptualização da diplomacia e analisar o seu exercício, bem como a importância da missão diplomática – agentes, ação, e efeitos – é necessário tomar como ponto de partida a definição do conceito em si, uma vez que não tem uma aceção única, mudando o seu sentido conforme a aplicação seja na vida profissional, quotidiana ou exclusiva do exercício numa Embaixada.

Para tal, foi feito um levantamento das definições em dicionários acessíveis ao grande público, quer em suporte papel, quer consultado on-line. O *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* define *diplomacia* como “ciência do direito e das conveniências internacionais. Arte de manter o direito e promover os interesses de um estado ou governo perante os estados ou governos estrangeiros. Ramo de administração política, que tem por objectivo as relações internacionais. [...] Corpo de diplomatas. [...] Habilidade com que se trata de algum negócio. [...] Delicadeza de trato, cerimónia” (Machado, 1991: 484). No *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, podemos notar que a *diplomacia* é uma “ciência e arte de representar os interesses de um estado no estrangeiro ou de dirigir e promover o direito e as relações internacionais” (Academia das Ciências de Lisboa, 2001: 1264). O dicionário *Priberam* define-a como “Ciência das relações internacionais”². Já o *Dicionário de Língua Portuguesa*, da Porto Editora, que pode ser consultado on-line, apresenta a seguinte definição “ciência e arte da representação dos interesses de um país no estrangeiro ou da promoção do direito e das relações internacionais; conjunto de pessoas que representam um país no estrangeiro; pessoa diplomático; finura de trato; astúcia, habilidade”³. Em *Oxford Dictionaries*, que também pode ser consultado on-line define-se *diplomacia* como “The profession, activity, or skill of managing international relations, typically by a country’s representatives abroad”⁴.

Observando estas definições, ainda que nos remetam para o sentido do nosso estudo, estas são maioritariamente prosaicas, uma vez que versam sobre astúcia, habilidade ou sem aprofundamento do conceito em si. Por esta razão, tomámos como base de fundamentação o *Dicionário de Relações Internacionais* e os estudos de Adriano Moreira, de Calvet de Magalhães e de José Neves.

O *Dicionário de Relações Internacionais* apresenta o seguinte sentido “Actividade formal de um Estado frente a outros Estados” (Sousa, 2008:64). Para Adriano Moreira, o

² Consultado em: www.priberam.pt

³ Consultado em: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/diplomacia>

⁴ Consultado em: <http://oxforddictionaries.com>

instrumento que ainda hoje é o mais importante na política internacional é a diplomacia, sendo que esta é definida pelo autor como “uma arte de negociação ou o conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre Estados” (Moreira, 2011: 53).

No entanto, segundo Calvet de Magalhães, a diplomacia para ser definida em termos de origem de política entre os Estados tem de ser chamada de *política pura* - sendo a diplomacia uma arte que nos ajuda a percebê-la como um instrumento de política externa, com o objetivo de estabelecer e desenvolver relações pacíficas entre diferentes Estados. Esta forma de ligação e conexão passa por adotar o emprego de intermediários que são reconhecidos mutuamente entre as duas partes. “O escopo do presente estudo é precisamente o de, através da aplicação do conceito de *diplomacia pura*, poder isolar conceitualmente aquilo que pertence à *diplomacia* como *puro* instrumento de política externa expurgando do seu estudo os elementos que não lhe dizem respeito e que só servem para confundir conceitos”. (Calvet de Magalhães, 2005: 92,93).

Esta posição de Calvet de Magalhães também pode ser entendida no que à literatura política diz respeito, uma vez que, mesmo entre os atores da esfera internacional, a abordagem se mantém divergente. A Escola Americana mostra-nos que a diplomacia pode ser um sinónimo de política externa, isto é, diplomacia é a formulação e a execução da política externa. Já na Escola Europeia tradicional, “consideram-na antes um *instrumento ou técnica* de política externa, numa definição que desde logo afasta a recorrente confusão com a própria política externa e é mais ampla do que aquela que a caracterizava apenas como a arte da negociação, [...] e substituiu durante séculos” (Neves, 2011: 65). Antes de concretizar uma definição, Neves (2011: 66) alude para a necessidade de a abordar como “um sinónimo de política externa embora sejam cada vez menos claras as margens que na prática as distinguem, pode-se dizer que a política externa é toda a atividade do Estado no domínio exterior, com o objetivo de defender os seus interesses permanente e essenciais no relacionamento perante os outros Estados ou Organizações Internacionais” (OI). Todavia, a diplomacia, ainda segundo o mesmo autor “é antes o principal instrumento para a execução da política externa de um Estado, o que se realiza através de negociações e contactos efetuados por agentes a quem foi atribuído um poder de representação.” (Neves, 2011: 66).

As negociações e os contactos realizados pelos vários atores que representam um Estado realizam-se através de uma representação, conseguindo assim uma boa execução da política externa.

Segundo Calvet de Magalhães, citado por José Neves em *Rituais de Entendimento*, a atual visão portuguesa de diplomacia passa por dois aspetos importantes: a existência de representantes de Estados reconhecidos e a inviolabilidade, ou seja, significa que o agente diplomático não está sujeito a prisão ou detenção, e o Estado acreditante deve tomar as precauções necessárias para proteger o diplomata, inclusive contra ataques à sua dignidade. Esta visão desenvolvia ainda a importância de ligação entre os governos dos diferentes Estados. Contudo, Calvet de Magalhães veio mostrar que os ministros dos negócios estrangeiros, mesmo pertencendo à carreira diplomática não são um instrumento na política

externa, mas sim políticos. Em muito dos casos os diplomatas, dado o seu vasto conhecimento na área de política externa podem ser convocados para exercer funções de carácter político bem como em serviços centrais, exercendo funções de conselheiros políticos no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) ou até mesmo do governo. Contudo para Calvet de Magalhães “este facto, todavia, não deverá de forma alguma provocar qualquer desvio de interpretação do conceito de *diplomacia pura* que deve ser entendido como uma categoria autónoma [...] O agente diplomático, enquanto tal, atua exclusivamente no âmbito da diplomacia pura[...], quando intervém na construção de uma dada política externa não age como diplomata mas como político ou conselheiro político” (Calvet de Magalhães, 2005: 93).

Esta afirmação trouxe alguns problemas e reflexões no que diz respeito à realidade que vivemos agora, isto é, existindo hoje cada vez mais uma maior comunicação e interação entre os funcionários do Estado com os governantes políticos de forma alguma estes funcionários não poderão pertencer a uma política externa. Sendo assim, a diplomacia passa por ser um instrumento que o Estado tem em seu poder, para que em conjunto com os atores reconhecidos pelo direito internacional possam cooperar na esfera internacional, para a mútua defesa e conciliação dos respetivos interesses (Neves, 2011: 68).

Em suma, a diplomacia tem de ser entendida numa primeira instância por uma *diplomacia pura, ou seja*, “para distinguir de todas as outras acepções em que a palavra [...] é frequentemente empregada, e nas quais entram por vezes elementos que nada têm que ver com a actividade diplomática [...] só sobre um conceito preciso desta natureza se poderá construir uma *teoria pura*” (Calvet de Magalhães, 2005: 93). Teoria esta, que diretamente irá definir o conceito em que o diplomata está inserido, sendo este chamado de *diplomata puro*, isto é, “um agente da administração que actua exclusivamente como instrumento de uma determinada política externa” (Idem). O autor entende que as funções dos diplomatas, que na prática se podem confundir, na teoria são completamente diferenciadas.

Na Idade Moderna a diplomacia alcançou um patamar mais elevado na representação, ou seja, foi reconhecida por vários Estados o estatuto do embaixador. É nesta época que surge o conceito de diplomacia multilateral, a relação entre três ou mais Estados, para que em conjunto alcancem interesses comuns (Idem: 65).

Na era contemporânea, instauraram-se as primeiras regras para o bom funcionamento dos agentes diplomáticos, como foi o caso da Convenção de Viena de 1961. Foi ainda nesta época que surgiram novas OI que, em simultâneo com os Estados, resolviam e procuravam alcançar interesses comuns entre si (Idem: 74).

1.2 Atividade Diplomática

Quando falamos de atividade diplomática, pensamos comumente numa Embaixada com relações bilaterais – entre dois Estados, chefiada por um representante nomeado pelo Estado acreditante e reconhecido pelo Estado acreditador. Esta atividade é realizada na chancelaria – local onde está em função a missão diplomática, e na residência onde está o Embaixador, contando com o conjunto de colaboradores que garantem o bom funcionamento do serviço, em conformidade com o artigo 1º da Convenção de Viena de 1961.⁵

A atividade diplomática ou a ação exercida pelos agentes diplomáticos é, para Calvet de Magalhães, o desembrulhar de “carácter múltiplos elementos que vão desde as acções de carácter puramente representativo, como seja a participação numa cerimónia oficial, à negociação de acordos internacionais que podem oferecer um elevado grau de complexidade” (Calvet de Magalhães. 2005:143).

Como foi referido anteriormente, a Convenção de Viena de 1961 visava representar, proteger, informar, negociar e promover relações entre o Estado acreditador e o acreditante. Contudo, para salvaguardar situações em que não existisse uma “*extensão externa* do serviço público de um determinado Estado funcionando noutro Estado” (Calvet de Magalhães, 2005: 144), dificultando o acesso de cidadãos residentes ou de passagem a serviços públicos – registo civil, documentos relativos ao serviço militar, emissões de passaportes e vistos – foi então necessário criar uma atividade diferenciada das missões diplomáticas, surgindo assim a nível Consular a Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 24 de Abril de 1963.

Tendo agora em conta a diferenciação das atividades a nível da Embaixada e a nível Consular, podemos entender as principais funções da atividade diplomática noutro país. Para tal damos conta das abordagens de Neves e Calvet por nelas observarmos diferenças relevantes.

Segundo Neves, em *Rituais de Entendimento*, estas atividades passam por representar o Estado de origem, informando-o dos acontecimentos do Estado que o recebe; negociar com o governo local; promover as relações sociais, económicas, políticas, culturais e científicas; bem como proteger os interesses do Estado e dos indivíduos nacionais no Estado recetor (Neves, 2011: 231).

Já Calvet de Magalhães, em *Diplomacia Pura* identifica a atividade diplomática como uma representação, negociação, informação, promoção, proteção e extensão externa do serviço público, sendo que as últimas três são caracterizadas como acessórios ou complementares à atividade diplomática (Calvet de Magalhães, 2005: 145).

No contexto do nosso trabalho, escolhemos seguir a esquematização apresentada por Calvet de Magalhães, por considerarmos relevante a distinção entre proteção e extensão externa do serviço público. Desta forma, abordaremos a explicitação de cada um dos

⁵ Convenção sobre Relações Diplomáticas, celebrada em Viena em 18 de Abril de 1961.

conceitos.

No que diz respeito à representação, esta passa por dois aspetos importantíssimos, dando ênfase, em primeiro, lugar, ao aspeto simbólico de substituição do Estado e, em segundo ao político – executar e defender a política externa do seu país – a representação tem ainda uma conotação jurídica, ou seja, o embaixador assume e emite direitos e obrigações de direito internacional. É tarefa do embaixador substituir o seu país em cerimónias oficiais como funerais de Estado, dias nacionais e posses de governo e cargos de chefia importantes (Neves, 2011:233).

Falar de representação é falar da arte que constitui a atividade diplomática. Esta contém um conjunto de ações desenvolvidas pelo diplomata, tendo este um carácter unicamente representativo – agir apenas com a responsabilidade do nome do Estado pelo qual atua. É importante referir que o diplomata não representa o chefe de Estado do país acreditante, mas sim, o chefe do governo e o Estado como entidade, tal como menciona a Convenção de Havana de 1928 sobre os funcionários diplomáticos, referindo que “os funcionários diplomáticos não representam em caso algum, a pessoa do Chefe de Estado, e sim o seu Governo”; bem como a Convenção de Viena de 1961 que nos mostra que a missão diplomática consiste em representar o Estado perante o Estado acolhedor (Calvet de Magalhães, 2005:149).

Face à importância da informação na atividade diplomática, a diplomacia tem constituído um forte fator no conhecimento e perceção do que se passa em outros Estados, isto é, o diplomata tem de selecionar, toda a informação do Estado junto do qual este está acreditado. Devido ao número cada vez maior de informação, o embaixador concilia esta tarefa com indivíduos especializados para essa mesma recolha. A embaixada deve informar cuidadosamente o seu país sobre os acontecimentos políticos, económicos e culturais do Estado onde se encontra. Atualmente, trata-se de uma área bastante vasta e diversificada, mas com o entrave de que por ser tão abrangente é necessário filtrar e selecionar de uma forma exaustiva a análise de toda a informação, para que se comprove a sua veracidade (Neves, 2011:241).

A Convenção de Viena de 1961 mostra-nos que os agentes diplomáticos devem conseguir por todos os meios legais obter informações precisas para que se usufrua de um bom funcionamento na política externa de cada Estado. Segundo o artigo nº3 alínea d), o diplomata deve “inteirar-se por todos os meios lícitos das condições existentes e da evolução dos acontecimentos no Estado acreditador e informar a esse respeito o Governo do Estado”.

Calvet de Magalhães, na sua obra *Diplomacia Pura*, refere que existe, porém, uma forma de obter informação de forma ilegítima, denominada de *recolha clandestina*, isto é, espionagem. Este método não legítimo de recolher informações pode ser efetuado por eventuais agentes ditos diplomatas que na realidade são agentes de organizações de espionagem, com o intuito de obter vantagens para os seus países de origem. Contudo, este tipo de espionagem acarreta consigo inúmeras desvantagens, como tirar a credibilidade a todos os agentes diplomáticos desse país, sendo que não é possível distinguir o “bom” do

“mau” (Calvet de Magalhães, 2005: 150).

Ainda na obra acima mencionada, o autor refere aspetos importantíssimos acerca da atividade informativa. O grande número de notícias enviadas das embaixadas para os órgãos centrais, como o caso do MNE, passa muitas vezes despercebido e não é lido pelo visado, pelo que muita informação que se perde ou passa despercebida pode ser de facto importante. É necessário então que o agente diplomático seja direto na apresentação da informação, breve, altamente seletivo e honesto – ter o cuidado de não manipular ou fazer algum tipo de prognóstico – sucinto e íntegro.

De seguida, abordaremos outra das características diplomáticas, a negociação diplomática. A negociação diplomática implica uma atividade permanente nas missões de defesa de interesses do Estado que envia. Normalmente pensa-se em negociação como um conceito de apaziguar eventuais conflitos ou divergências. Contudo, a negociação diplomática passa por uma abordagem de interesses comuns entre os dois Estados (Neves, 2011: 244).

Existem, no entanto, dois tipos de negociação, a formal e a informal. Sendo que a informal passa por uma abordagem mais ampla “que cobre todos os variados contactos entre Estados com vista a uma possível concertação de pontos de vista ou atitudes e a que poderemos chamar negociação informal [...] e outro mais restrito, que respeita apenas aos contactos entre Estados, através de um mecanismo especialmente montado para o efeito com vista à celebração de um acordo [...] que poderemos designar por *negociação formal*” (Calvet de Magalhães, 2005: 155).

Além destes dois tipos, de negociação existe também a bilateral, entre dois Estados, e a multilateral, entre três ou mais Estados.

É fundamental existir nesta atividade uma primeira preparação da negociação e uma boa condução da mesma, ou seja, conhecer na íntegra o problema em causa e os interesses da outra parte, de forma a traçar um objetivo e uma estratégia de negociação, para evitar uma argumentação que não seja coerente.

José Neves, em *Rituais de Entendimento* e Calvet de Magalhães, em *Diplomacia Pura* referem o negociador como um agente diplomático importantíssimo na arte da negociação, este tem que ter inúmeras qualidades – como saber definir as suas linhas de flexibilidade, ser um agente de boa-fé, paciente, cuidadoso, ter a arte de bem falar, ser persuasivo, social, expor com profissionalismo os seus interesses, ter o cuidado de não transparecer ser um indivíduo ágil e mais inteligente que a outra parte, passando assim sempre uma imagem de um negociador sincero e de confiança.

É necessário na atividade diplomática criar relações entre o Estado de origem e o Estado recetor, facilitando assim a relação positiva entre ambos, e acabando também por defender a imagem do primeiro. Como temos abordado ao longo deste trabalho surge agora mais uma das atividades acima referidas que iremos aprofundar: a promoção.

A promoção pode-se definir “como um conjunto das acções exercidas pelo agente diplomático no sentido de criar ou incrementar certo tipo de relações entre o Estado acreditante e o Estado receptor” (Calvet de Magalhães: 2005, 168). O autor refere ainda que,

quando se fala de promoção, esta é associada à promoção cultural e económica, visto que estas relações fazem parte de um fator concorrencial que se faz sentir entre os Estados. A Convenção de Viena de 1961, artigo 3º e) enumera esta mesma informação quando refere que o agente diplomático deve “promover relações amistosas e desenvolver as relações económicas, culturais e científicas”.

Para finalizar esta intervenção sobre a promoção, será necessário ainda referir que o agente diplomático tem como função divulgar a informação sobre um país, noutro país. Será importante referir que esta propaganda de informação nada tem a ver com a que falámos anteriormente, apenas esta é uma forma diferente de promover eventuais interesses económicos.

A proteção é mais uma das atividades elementares, como referimos no começo deste capítulo que ajuda um Estado a defender os seus interesses, sendo estes o cumprimento de obrigações do Estado acreditador para com o acreditante, a defesa dos interesses patrimoniais do Estado que envia, e também proteger os direitos e interesses dos indivíduos nacionais que estão de passagem ou são residentes (Calvet de Magalhães, 2005: 169).

O agente diplomático e consular deve proteger os seus nacionais e tem o dever de entrar em contacto com as autoridades locais, para poder resolver os assuntos pendentes, caso estes sejam de maior instância deverão ser resolvidos pelo MNE (Neves, 2011:247).

Para finalizar iremos abordar a atividade de extensão externa de serviço público que, para Calvet de Magalhães, é a nível da missão diplomática e consular. Esta tem como função atuar legalmente a favor dos respetivos indivíduos nacionais em lugar de certos serviços públicos, registo civil, entre outros. Existe também meios de transporte de determinados Estados que necessitam de transitar no território de outros Estados, sendo que o agente diplomático tem de intervir, tendo neste caso autonomia para o fazer.

Capítulo II – Estágio Curricular – Apresentação da Instituição de Acolhimento

2.1. Embaixada de Roma

A Embaixada situa-se na Zona Monte Mario, na margem direita do Rio Tevere, um relevo de grande importância, localizado na zona norte da cidade, representando as características ambientais de um verdadeiro mosaico da diversidade biológica, cada vez mais raro em Roma.⁶

Localizada neste ponto estratégico, a Embaixada de Portugal em Roma assegura a representação diplomática do Governo Português em Itália, sendo que a sede de Roma se compõe das seguintes secções: Consular, Cultural e Agrícola.

A política externa é de extrema importância em qualquer Estado Soberano. É necessário salvaguardar todas as decisões dos assuntos de natureza política, económica, de segurança comum e defesa, bem como cumprir a política externa, no caso a portuguesa, no plano das relações bilaterais e multilaterais. O corpo diplomático é a chave para o sucesso desta política ao assegurar e proteger as informações entre os dois Estados e facilitar em tudo a relação entre eles.

Por estas razões uma embaixada é um forte ícone que permite garantir coerência do Estado representado na ação externa do Estado onde se encontra a Instituição. Cabe a esta recolher informações numa base diária, de forma a assegurar a representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros no Estado recetor e compreender se será relevante apostar em fatores onde os dois Estados possam vir a obter atribuições económicas e políticas.

As questões da política económica baseiam-se na procura de equilíbrio comercial e no equilíbrio do balanço de pagamentos com os outros Estados. A política externa propõe-se a preservar os vários setores estratégicos da economia face à concorrência externa, bem como ativar associações comerciais com as iniciativas estrangeiras.

O conceito de direito de Embaixada surge devido às divergências entre imperadores, monarcas e papas. Este conceito não era definido como uma qualidade de soberania, mas apenas como um método de poder comunicar formalmente. A palavra Embaixada começa a ser utilizada no sentido mais atual, no século XII, em Itália de forma a representar o ato de



Ilustração da Embaixada de Portugal em Roma.

Fonte: Embaixada de Portugal em Roma

⁶ Consultado em: <http://www.comune.roma.it/PCR/resources/cms/documents/riservamontemario.pdf>

alguém ser enviado para informar e dar a conhecer situações entre povos diferentes.

A Embaixada Portuguesa em Roma conta com um plano de relações multilaterais, graças ao seu membro permanente da FAO (*Food and Agriculture Organization of United Nations*) que assegura quer estas relações, quer a representação de Portugal junto da Organização das Nações Unidas. Este acompanha e assegura a participação em todas as O. I. que assumem carácter estratégico no âmbito da atividade da FAO. Esta atuação é permanente e cabe ao representante de cada Estado estar em contacto com os outros Estados-membros e procurar resoluções de problemas rápidos e eficazes.

Uma das preocupações constantes da Embaixada Portuguesa em Roma é a coordenação e participação nacional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como a participação nas cimeiras Ibero-Americanas. Foi neste âmbito que desenvolvemos a atividade relacionada com o arquivo.

2.1.1 Missão

A atividade das Embaixadas assegura a missão diplomática permanente, ou seja, um escritório e representação diplomática de um Estado instalado na capital de outro Estado.

Os principais objetivos da Embaixada Portuguesa em Roma, no ano de 2012, passaram por:

- * assegurar uma adequada representação nacional e reforçar as relações bilaterais e/ou de cooperação com os Estados;
- * assegurar uma adequada representação nacional e valorizar a participação de Portugal nas organizações internacionais;
- * reforçar a capacidade de penetração internacional dos agentes económicos portugueses, o investimento direto estrangeiro em Portugal e promover a imagem/Marca “Portugal”;
- * promover a difusão da língua e cultura portuguesas nos Estados acreditadores;
- * garantir às Comunidades Portuguesas o pleno exercício dos seus direitos, uma eficaz proteção consular e assegurar a adequada prestação de serviços consulares a utilizadores estrangeiros;
- * promover a melhoria organizacional a nível de estrutura, processos e pessoas.

A Embaixada tem uma missão importantíssima no mundo globalizado de hoje, onde todas as pessoas, Estados, culturas, têm a capacidade de se interligar de uma forma muito rápida. Esta ligação aumenta o fluxo comercial que, naturalmente, gera mais riqueza e isto por si causa mudanças na tecnologia, na economia, na política e na vida sociocultural. Todavia, como referimos no Capítulo I, esta troca de informação e comunicação acelerada tem de ser analisada rigorosamente, para a autenticidade da informação não ser posta em causa.

2.1.2. Organograma

Segue agora o organograma da Chancelaria de Portugal em Roma. Este está dividido por duas figuras, sendo que a primeira mostra a hierarquia e as funções de cada trabalhador na Embaixada, e a segunda figura a hierarquia e funções desempenhadas por parte de Consulado.

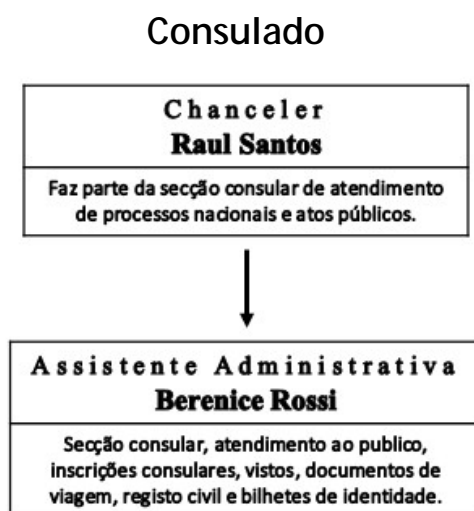


Fig.2 Hierarquia e funções dos trabalhadores no Consulado de Portugal em Roma
Fonte: elaborado pelo autor

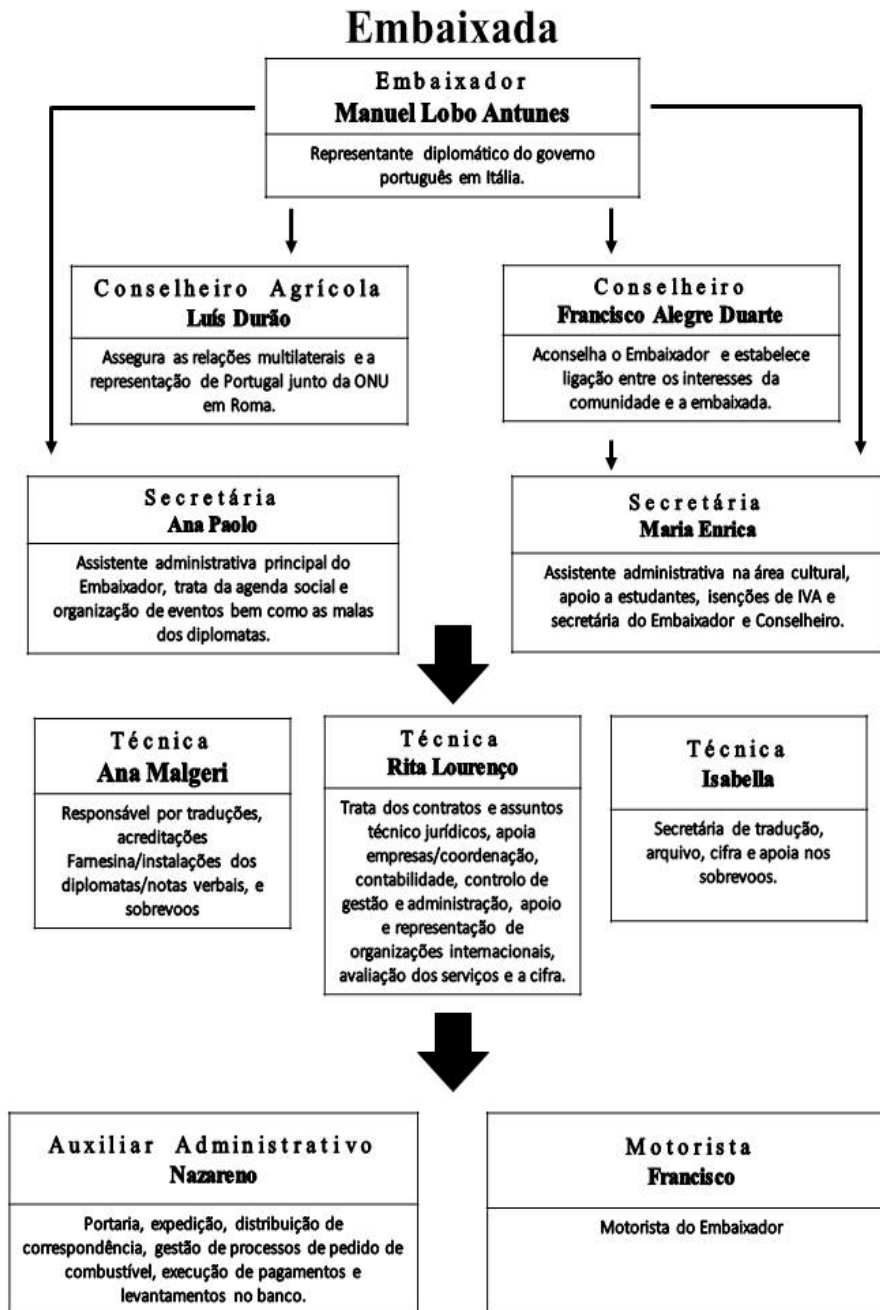


Fig.1 Hierarquia e funções dos trabalhadores na Embaixada de Portugal em Roma

Fonte: Elaborado pelo autor

2.2 Relações Diplomáticas Portugal - Itália

“Antigas, bem vinculadas e amigas, pois, são as relações dos Portugueses com os Italianos” (Passos, 1959: 173).

Guido Po afirma que o progresso em Portugal é devedor do desenvolvimento económico, cultural, político e linguístico de Roma. O autor defende que, sem a influência dos romanos, uma vez que foram estes que os educaram para o mar, os Descobrimentos, por exemplo, não teriam ocorrido - embora reconheça a audácia dos lusitanos e a posição estratégica, não só do país, como da capital Lisboa, foz do Tejo.⁷

Também Leone Andrea Maggiorotti afirma que *“le relazioni culturali tra l’Italia e il Portogallo, sin dall’altro medioevo, sono sempre state continue, nonostante la difficoltà dei tempi e delle comunicazioni, perchè Roma, quale centro del Cristianesimo, richiamava in Italia fitte correnti di fedeli ed inviava in ogni contrada i suoi figli o religiosi o commercianti o artisti.”*⁸

As relações entre Portugal e Itália começaram logo na primeira dinastia Portuguesa, onde em 1186 D. Afonso Henriques, casou com a princesa Mafalda, filha de Amodeu III, conde de Mauriana e Sabóia.

No que concerne às relações comerciais entre cidades portuguesas e italianas, aponta-se o fim do séc. XIII e o início do séc. XIV como ponto de partida. Depois da abertura das rotas comerciais de Génova, Pisa e Veneza, para Inglaterra e Flandres - especialmente para os portos de Southampton, Londres e Bruges -, os soberanos portugueses concederam importantes benefícios fiscais às frotas que paravam nos portos do reino, tendo assim como objetivo controlar as mercadorias vindas de cidades italianas e exportar produtos locais.

Identificaram-se quatro tipos principais de mercadorias comercializadas entre cidades italianas e Portugal: têxteis - maioritariamente lã vinda de Florença e seda de Florença e Luca, brocado e tafetá de Bolonha; vários produtos manufacturados - incluindo louça e armamento dos vales de Bréscia e Bergamasque, e papel de Fabriano e Colle Val d’Elsa; trabalhos artísticos - como códices com iluminuras, pintura em painéis, mobiliário valioso, estátuas e cerâmica, principalmente de Florença e Veneza; e, finalmente, depois da invenção da imprensa, livros sobre todos os ramos do conhecimento - sobretudo sobre gramática, retórica, teologia e astrologia, assim como autores clássicos do latim, grego e hebreu, entretanto redescobertos pelos humanistas italianos -, provenientes das lojas de papel e de impressão de Florença, Veneza, Bolonha e Roma.

⁷ Po, Guido. *“La collaborazione Italo-Portoghese alle grandi esplorazioni geografiche ed alla cartografia náutica”* em *Relazioni storiche fra l’Italia e il Portogallo - Memorie e Documenti*. Reale Accademia d’Italia. pp. 261-322.

⁸ Leone Andrea Maggiorotti, *“Architetti militari italiani in Portogallo”* em *Relazioni storiche fra l’Italia e il Portogallo - Memorie e Documenti*. Reale Accademia d’Italia. pp. 421-432.

Portugal exportava sobretudo cabedal, pigmentos, peixe seco e frutos, e, em 1470, começou a comercializar o açúcar da Madeira – especialmente para Génova e Florença – e escravos. Desta forma, açúcar e escravos constituíram a fortuna económica de Portugal no Mediterrâneo e ajudaram a consolidar as experiências de navegação de alto mar em naus e em caravelas.⁹

As quinas portuguesas estão presentes, por exemplo, no Palácio dos Farnésios¹⁰, em cujos brasões preponderam sobre as outras peças heráldicas, por matrimónio de Alexandre Farnésio, duque de Parma, com a princesa D. Maria, filha do infante D. Duarte e neta de D. Manuel I. Deste matrimónio nasceu Rainúncio, duque de Parma, que em 1580 foi um dos pretendentes de parentesco inferior à coroa portuguesa por morte de El-Rei D. Sebastião, na Batalha de Alcácer-Quibir – o desaparecimento do Rei, sem ter deixado descendentes, originou uma crise de sucessão (Passos, 1959:169).

Nas *Sacre Grotte* do Vaticano, existe mais um dos símbolos das relações entre os dois Estados, já que se pode encontrar o túmulo do Cardeal português D. Pedro da Fonseca, nas instalações.

Em 1447, o cardeal D. Antão Martins, bispo do Porto, fundou em Roma o Hospital de Santo António dos Portugueses, juntando ao lado do edifício, em 1467, uma igreja, também chamada de Santo António, a pedido dos portugueses residentes em Roma e de D. Álvaro de Pais, bispo de Silves. Nesta igreja foram realizadas as exéquias de D. Pedro II, D. João V e D. Pedro III em 1707, 1751 e 1786 (Passos, 1959:170).

Em 1481, D. Afonso V auxiliou D. Fernando de Nápoles, ameaçado pelos Turcos, facultando-lhe uma frota comandada por D. Garcia de Meneses, arcebispo de Évora. A 31 de Agosto do ano referido, é proferida numa oração em língua latina entre o Papa Sisto IV e o colégio Sacro (Passos, 1959:170).

Veio para Portugal, no reinado de D. Duarte, Mateus Pisano, mestre em artes, filósofo e poeta, a quem o rei deu a tarefa de escrever a história da conquista de Ceuta – esta foi redigida em latim, em 1460, e posteriormente vertida em português, em 1915, por iniciativa da Academia das Ciências (Passos, 1959:177).

As relações entre os dois países ficaram ainda marcadas pela infiltração do Humanismo¹¹ em Portugal, em meados do séc. XV, que não demorou a difundir-se. Cataldo

⁹ As naus eram grandes navios, de forma arredondada, adaptados para viagens longas e armados para a guerra. As caravelas eram embarcações mais rápidas.

¹⁰ É um proeminente palácio do Alto Renascimento situado na capital italiana. Atualmente, acolhe a Embaixada da França na Itália.

¹¹ Humanismo: este estudo distingue-se dos estudos teológicos, centrais na Idade Média. O humanismo procura um modelo de perfeição ética, estética, social e política, buscando inspiração nos autores gregos e latinos da antiguidade. Em Portugal, como aponta Joaquim de Carvalho, “A influência dominante na literatura portuguesa dos meados do século XVI é o italianismo. Petrarca, Sannazaro, Trissino, Bembo, Castiglione, etc., tiveram leitores, que se deixaram arrebatados até à imitação, não tanto do que liam como, sobretudo, da essência donde procedia a originalidade italiana, isto é, a associação da admiração pelos antigos ao culto da língua materna.” Consultado em: <http://www.joaquimdecarvalho.org>.

Parísio Sículo¹², proveniente da Sicília, gramático e latinista chegou a Lisboa em 1490 para ensinar Humanidades a D. Jorge, filho bastardo de D. João III. Após a morte de D. João III, este serviu a D. Manuel cerca de dez anos como secretário privado (Passos, 1959:182).

D. Manuel I, em 1514, teve a necessidade de obter da Santa Sé mais declarações de direito exclusivo sobre as novas terras descobertas que poderiam pertencer a Portugal. Como forma de ganhar do Papa X uma decisão favorável, no dia 12 de março de 1514, foram entregues ao Papa animais exóticos que nunca tinham sido vistos em nenhum país da Europa. Acrescentaram-se ainda ouro, pérolas, madeiras, pedras preciosas e joias. Todos estes presentes, dados com o propósito de sensibilizar o novo Papa, tinham chegado a Portugal vindos de África e do Oriente. Leão X, como reconhecimento, deu ordem para que os portugueses tivessem entrada livre em todas as festas que em Roma se realizassem.¹³

No ano de 1521, a Infanta D. Beatriz, filha de D. Manuel I, entrou em Itália como esposa de Carlos III, duque de Sabóia. Esteve ainda negociado o casamento de Isabel Luísa Josefa, infanta de Portugal, filha de D. Pedro, com o duque de Sabóia, seu primo – este matrimónio acabou por não se realizar devido a políticas nacionais (Passos, 1959: 174)

Imagens e pinturas de santos portugueses¹⁴ estão em grande número presentes das igrejas de Itália, desde a Rainha Santa Isabel, a Santa Ira, S. João de Brito, S. Teotónio e S. Gonçalo de Amarante.

Segundo o site do MNE, consultado on-line, é possível verificar o nível da ação da política externa entre Portugal e Itália, por haver documentação enviada ao Ducado de Sabóia¹⁵, entre 1680 e 1681. Até esta data Portugal manteve as suas relações diplomáticas em Turim e Nápoles, apenas em 1861 o rei da Itália, Vitor Emmanuel II reconheceu as relações de Itália e Portugal. No mesmo ano, o rei português manda enviados para Roma com o objetivo de marcar o seu reconhecimento quanto ao título tomado pelo rei de Sardenha, como rei de Itália.

Durante o reinado de D. João V, entre e 1750, as relações com Itália, nomeadamente o Estado do Vaticano, passaram por uma fase conturbada. A 20 de março de 1728, o Rei corta relações com a Santa Sé, porque o Papa não havia concedido o barrete cardinalício ao Núncio

¹² “A importância dos escritos de Cataldo vem sendo cada vez mais reconhecida, mas é uma das faltas graves da nossa investigação histórico-literária, que lhes não tenha sido dada maior atenção. Quando a sua obra estiver melhor estudada, talvez se possa pôr em dúvida a crença geralmente aceite de que a introdução do Humanismo em Portugal foi um fenómeno tardio em relação a outros países da Europa, como a Espanha ou a França” (Ramalho: 1964: 368)

¹³ Consultado em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e71.html>. Esta benevolência ficou conhecida em Itália pela expressão “alla portoghese”, como significado de carácter excepcional. Com a passagem dos séculos, a expressão perdeu o significado original, passando a designar a entrada num espaço sem a devida autorização, equivalendo a entrar pela porta dos fundos.

¹⁴ Os dois países disputam um dos santos reais mais proeminentes – Santo António. Como é sabido pelo estudo da hagiografia, nem sempre se consegue provar a existência dos santos da devoção, o que não é o caso de Santo António, que nasceu c. 1195, em Lisboa, e morreu a 13 de Junho de 1231, em Pádua. São várias as referências a Santo António de Pádua, o que levou à ideia errada de que é um santo italiano. A este foi erigida uma monumental basílica (Passos, 1959:173).

¹⁵ Antigo Estado cujo território compreendia os atuais departamentos franceses de Sabóia e a parte da região de Itália do Piemonte e Nice, atual França.

em Lisboa. O enviado português, André de Melo e Castro, retira-se de Roma e a 5 de Julho do mesmo ano, é publicado o decreto que manda sair do Reino os súbditos do Papa. Só em 1748 são reatadas as relações com a Santa Sé, concedendo o Papa Bento XIV o título de Fidelíssimo a D. João V. Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, recorreu também a Itália, com o intuito de melhorar o ensino no colégio dos Nobres e da Universidade de Coimbra. Vieram de Itália físicos, arquitetos, cientistas e matemáticos (Passos, 1959:182).

Em agosto de 1862, D. Luís I casa com a filha do rei italiano, D. Maria Pia de Sabóia, fomentando assim maiores laços entre os dois Estados.

Em 1911, Itália reconhece Portugal como uma República e José Caetano da Silva apresenta em 1935 credenciais como ministro Plenipotenciário até 1945.

Portugal reconhece, em 1938, o Império Afro-Italiano e, em 1943, as comunicações entre o MNE e Itália passam a ser executadas através do Vaticano, dada a instabilidade instaurada em Roma.

As ligações entre os dois países foram sobretudo políticas e religiosas. O pensamento italiano de Garibaldi, general italiano, inspirou o pensamento português que esteve na origem da implantação da República em Portugal (1910). A própria ditadura portuguesa de 1926 a 1974 inspirou-se na doutrina do Estado Corporativo de Benito Mussolini, ditador Italiano.¹⁶

É no ano de 1956 que a representação portuguesa em Roma é elevada à categoria de Embaixada.

As relações bilaterais entre os dois países no período que compreende a contemporaneidade carecem de fontes bibliográficas relevantes e de estudo profundo. Desta forma, as informações de que nos socorremos assentam nas opiniões informais dos colaboradores da Chancelaria, fruto da experiência no terreno, bem como das leituras pessoais de fontes noticiosas. Ambos os países, Portugal e Itália atravessam tempos conturbados no que à economia, política e sociedade diz respeito. O ano de 2012 não foi um ano fácil e o de 2013, segundo a maioria das previsões e dos analistas, não deverá ser ainda o da alteração significativa das circunstâncias, embora os cenários recessivos sejam menos pessimistas.

Nos dois países vive-se um período de ausência de crescimento económico e aumento do desemprego, sobretudo entre os jovens. Os empresários apresentam sinais de preocupação sobre o excesso de regulamentação, de burocracia e de impostos; os sindicatos, sobre das leis laborais – que em seu entender restringem os direitos dos trabalhadores –, e de políticas de contenção na despesa pública. O ambiente social não é de euforia e a perspectiva de estabilidade política duradoura em Itália, pelo que se verificou nas eleições legislativas de 2013, ficou comprometida: “um exercício de consenso difícil, dois meses e dois dias após as eleições de fevereiro terem criado um profundo impasse político no país.”¹⁷ Enrico Letta, o novo Primeiro-Ministro italiano, considera que “as políticas de relançamento económico são

¹⁶ Consultado em: <http://lusotopia.no.sapo.pt/>

¹⁷ Consultado em: <http://pt.euronews.com/2013/04/28/italia-governo-toma-posse-apos-dois-meses-e-dois-dias-de-impasse-politico/>

urgentes e que a União Europeia deve fazer um esforço para se tornar um motor de desenvolvimento sustentável.”¹⁸ Pelo que o chefe de governo se apresenta disponível para ajudar a encontrar soluções: “A nível internacional, a Itália compromete-se a encontrar estratégias para revitalizar o crescimento sem perturbar o equilíbrio das contas públicas. A Europa depara-se com uma crise de legitimidade e de eficácia, exatamente, numa altura em que os países e os cidadãos mais precisam de ajuda”.¹⁹

Neste quadro, as perspetivas para 2013 são de um clima conducente a um reforço importante nas relações comerciais e económicas entre Portugal e a Itália, que continua a ser em termos globais um parceiro importante do nosso país, não se afiguram particularmente otimistas, também em parte devido à crise italiana. Embora em 2013, segundo O BMEP nº 4-Abril 2013²⁰, Portugal aumentou levemente as exportações para a Itália, ampliando assim a taxa de cobertura das importações, como reflexo de um maior dinamismo das nossas empresas neste mercado, que urge naturalmente encorajar.

Todavia, a Itália é um país discretamente protecionista, com uma política interna agressiva de “*buy italian*” e economicamente poderosa, sobretudo no sector manufatureiro – diretamente concorrente com Portugal em vários sectores importantes da nossa atividade exportadora: têxteis, calçados, vinhos, mobiliário, metalomecânica ou turismo. Contudo, tal não deve impedir, antes pelo contrário, que o País continue a manter uma presença importante de representação do que produz – nomeadamente, calçado, têxteis, mobiliário, vinhos – nas grandes feiras com assinalável impacto no mercado mundial, montras indispensáveis à demonstração da nossa capacidade de fazer diferente e melhor e rampas de lançamento insubstituíveis para uma maior internacionalização das empresas portuguesas. Se possível, esta estratégia deve alargar-se a outros sectores e áreas geográficas em Itália, devendo o Estado português continuar a apoiar as empresas que o queiram fazer.

Por outro lado, a estratégia de expansão das empresas italianas, muitas das quais se estão a deslocalizar, passa sobretudo neste momento pelo investimento e exportação para os países ditos emergentes com elevados graus de crescimento potencial²¹. Deste modo, o Brasil, como a China, mas também a Rússia, onde nesta altura passa uma significativa mostra de tudo o que este país produz, tem sido um alvo naturalmente preferencial dos empresários transalpinos. Investir em Portugal, como, aliás, em outros países do mercado único europeu,

¹⁸ Consulto em: <http://pt.euronews.com/2013/04/29/crescimento-economico-e-a-aposta-do-chefe-de-governo-italiano/>

¹⁹ Idem.

²⁰ “As exportações de mercadorias para os Países Baixos (+0,6 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações intra UE-15 seguidas das exportações para Espanha, Itália e Reino Unido (todos com +0,3 p.p.).”

²¹ “Ad aprile 2013 il saldo commerciale è positivo (+1,9 miliardi), in forte miglioramento rispetto al 2012 (-0,3 miliardi). L’avanzo commerciale è il risultato di un surplus sia con i paesi extra Ue (+1,5 miliardi) sia con quelli Ue (+0,4 miliardi). Al netto dell’energia, il saldo mensile è attivo per 6,5 miliardi. Ad aprile l’aumento tendenziale dell’export è particolarmente accentuato verso Belgio (+30,2%), paesi MERCOSUR (+21,9%) e paesi ASEAN(+19,1%). Rilevante è l’aumento delle vendite di articoli farmaceutici, chimico-medicinali e botanici (+29,2%), di articoli in pelle, escluso abbigliamento, e simili (+13,4%) e di prodotti alimentari, bevande e tabacco (+12,6%).” Em <http://www.istat.it/it/archivio/93481>

não é, por isso, um objetivo aliciante. Em última análise, a definição de uma estratégia económica para a presença de Portugal em Itália, e os meios para a executar, se tal for considerado de interesse, será sempre da responsabilidade de Lisboa.

Ainda assim, Portugal, para além dos habituais lugares comuns, continua a ser mal conhecido em Itália, também porque os meios humanos e materiais colocados ao dispor da AICEP e Turismo em Milão para divulgação e promoção da imagem do Portugal económico são escassos e, por vezes, faltam orientações concretas sobre objetivos e linhas de ação.

Atualmente, o embaixador português em Roma, Manuel Lobo Antunes, exerce as funções diplomáticas desde 17 de abril de 2012. Está também acreditado como representante não residente em Malta, Albânia e São Marino, sendo também membro permanente de Portugal junto da FAO.

2.3. Breve História da cidade de Roma

No que diz respeito à cidade onde o Estágio foi efetuado, segue uma breve referência a Roma, chamada de *berço da civilização*, capital tanto de Itália, como da região de Lácio. A capital é atravessada pelo rio Tibre e tem no seu seio o Estado do Vaticano, já independente desde 1929. Está dividida por duas muralhas, a de Aurélio - construída no final do século III d.C. -, e a muralha exterior - onde se situam os bairros periféricos.

Segundo a lenda, a cidade foi fundada por Rómulo, no ano 753 a.C., por volta de 510 a.C. foi estabelecida a República quando o último monarca - Tarquínio, o Soberbo - foi deposto. Roma passou a absorver as regiões periféricas e a expandir-se. Júlio César tornou-se ditador e instituiu uma série de reformas, concluídas por Augusto, pelo que num curto espaço de tempo, Roma ergueu-se no Império mais forte da antiguidade.

Este domínio deveu-se ao facto de existir uma tremenda organização disciplinar e apetrechamento militar, bem como uma boa organização dos recursos económicos - o comércio desenvolveu-se entre regiões do Império. Este crescimento colossal deveu-se à organização política e administrativa que Roma estendeu às suas províncias, integrando-as então no Império pela instalação dos governos locais em cidades. O Latim como língua oficial veio também promover esta execução política e administrativa, sendo que era mais fácil comunicar entre todos. Surge então a *Pax Romana*²² em todos os territórios (Pereira, 1990).

Historicamente, o Império Romano iniciou-se em 27 a. C., a 16 de janeiro, com a ascensão de Octávio Cesar Augusto na sequência da derrota que impôs a Marco António e Cleópatra, em Ácio (31 a. C.). Desde então surgiu rapidamente uma institucionalização do poder imperial, dado que entre 40 e 38 a.C. foi-lhe confiado o *imperium proconsulare*, isto é, poder para recrutar, chefiar o exército e autonomia para poder prender os cidadãos, convocar os comícios e o Senado. Octávio conseguiu ainda eleger-se *princeps senatus*, o príncipe do

²² Clima de estabilidade social e política conseguida pelos Romanos nos territórios do Império, pelo menos, durante o governo de Octávio César Augusto

Senado, sendo este o primeiro dos senadores, podendo deste modo ter a autonomia sobre o poder legislativo.

A 27 a.C., o imperador foi reconhecido pelo Senado com os títulos com que se tinha elegido e passou a ser chamado de *Augustus*, para atribuir um significado religioso à sua posição, dado que a palavra *Augustus* significa “filho dos deuses”. A 23 a.C., Octávio abandonou o Senado e passou a ter poder Tribunício – poder em vetar leis– continuar a convocar comícios em todo o território do Império.

Por fim, em 12 a.C., o imperador recebeu o cargo de *Pontifex Maximus*, colocando-o assim como o máximo administrador religioso, tendo agora capacidade para interpretar a vontade dos deuses (Pereira, 1990). Em suma, adotou para si o nome de imperador, pela primeira vez, que incluía funções políticas e religiosas, deu início a um reordenamento político-institucional que lançou as bases da estrutura do governo imperial, apoiando-se numa hábil propaganda, a fim de redimensionar a política expansionista romana. Tinha como fito a participação da plebe no governo imperial, restauração dos valores da romanidade, a criação de colónias com veteranos de guerra e a manutenção de uma paz civil – a *pax romana* – por um tempo alargado. Desta forma, a estrutura do império apresentava-se complexa e pesada, embora funcional, graças ao edifício legislativo.

Durante três séculos, a dinastia imperial levou a que Roma se consolidasse como potência não só em Itália – onde dominou os povos da Península e das ilhas – mas também na Europa, da Península Ibérica à bacia do Mar Negro e Mar Mediterrâneo, passando pela Grã-Bretanha, impondo reestruturações linguísticas, políticas, culturais e económicas, condizentes com as disposições dos latinos.

Segundo Calvet de Magalhães, na obra *Diplomacia Pura*, Roma tem sido retratada por vários autores como um Império de força e predominância militar, recusando qualquer tipo de negociação para alcançar os seus objetivos, contudo esta é “uma visão histórica um tanto exagerada pois os romanos [...] recorriam frequentemente à negociação” (Calvet de Magalhães, 2005: 43). Para o autor, a grande predominância e potência do maior Império da antiguidade acabou por asfixiar muitas das atividades negociais executadas.

À época, as embaixadas eram designadas pelos órgãos políticos – na monarquia, era o rei o maior poder político, pertencendo-lhe a função de designar os embaixadores chamados de *legati*. Já na República, os embaixadores eram proposto pelos magistrados que presidiam a assembleia do Senado. Na época “imperial é o imperador que designa as embaixadas.” (Calvet de Magalhães, 2005: 43).

Os embaixadores enviados por Roma tinham como objetivo as relações apenas com os Estados reconhecidos por eles; da mesma forma recebiam e acolhiam com toda a magnificência os seus vizinhos amigos. “Os Romanos recebiam embaixadores dos países a que reconheciam o *jus legationes*, o que excluía os povos submetidos e as colónias, Os embaixadores dos povos amigos eram recebidos em Roma com grande magnificência e alojados em edifícios especiais na *villa publica*, situada no Campo de Marte. Recebiam alojamento gratuito (*locus*) e magníficos presentes (*lautia*) e eram também convidados aos

espectáculos públicos.” (Calvet de Magalhães, 2005: 44).

Segundo a obra *Teorias de Relações Internacionais*, de Adriano Moreira, com a queda do Império Romano, foi aberta a competição ou cooperação entre os vários poderes da altura, com o objetivo de ocupar o espaço deixado pela queda do Império. Os imperadores bizantinos foram os primeiros a capacitar e treinar pessoas, com o intuito de organizar um departamento de negócios estrangeiros para este efeito. Sempre que um imperador bizâncio subia ao trono, cabia aos embaixadores anunciar este facto.

A tradição de Bizâncio foi também recebida por Veneza, sendo que este foi o primeiro a organizar um sistema de diplomacia e a preservar os seus arquivos de forma sistemática. Os seus arquivos vão de 883 d.C. a 1797, compreendendo os relatórios dos embaixadores a Veneza e descrevendo também as negociações.

Existia também a necessidade de manter os embaixadores informados sobre todos os negócios internos de Veneza, sendo que estes eram nomeados por tempo limitado, não podendo ter propriedades no lugar do destino, não podiam ser acompanhados pelas suas esposas e deviam entregar todos os presentes que recebiam à terra senhorial. No século XVI, Guicciardini²³ lamenta que as pessoas procurassem evitar as nomeações para cargos diplomáticos.

Nesta altura desaparece a função arbitral dos papas e Veneza e Génova entram em relações normais com o Império Otomano, Luís XI, rei de França reconhece a soberania do Estado.

Os Estados Italianos foram enfraquecendo cada vez mais, e a impotência perante os outros poderes e a precariedade dos sistemas políticos fê-los caminhar no sentido de encontrar uma arte de negociação, que veio a se caracterizar na conhecida *Combinazione*, e que representavam o anteparo mais sólido do Estado. Maquiavel é o retratista da época e César Bórgia²⁴ o modelo que encarna a frieza amoral da razão do Estado.

Em 1450 foi nomeado o primeiro embaixador residente no sentido moderno, multiplicando-se assim este exemplo pelo resto da Europa. A estes enviados foi atribuído o nome de oradores. Em meados do século XVI foi Carlos V²⁵ que decretou que o título de embaixador devia ser dado apenas aos representantes de cabeças coroadas ou da República de Veneza.

Mais tarde chegou-se à conceção de que os embaixadores deviam ser de nacionalidade de quem os enviava. Neste tempo eram muito complicadas as trocas de informação, tendo os diplomatas funções de extrema responsabilidade, sendo estes a única fonte fidedigna do seu soberano. Para Adriano Morais, não era aconselhado na altura dois soberanos encontrarem-se

²³ Historiador de Itália renascentista. Um amigo e crítico de Nicolau Maquiavel, ele é considerado o maior escritor político da Itália Renascentista. Guicciardini é considerado como o pai da História Moderna.

²⁴ Foi um príncipe, cardeal e nobre italiano da Renascença europeia. Filho de Rodrigo Bórgia, eleito Papa Alexandre VI em 1492.

²⁵ Monarca da família dos Habsburgos, foi imperador do Sacro Império Romano-Germânico (como Carlos V) e rei de Espanha (como Carlos I).

para estabelecer boas relações, mas sim comunicarem através de embaixadores. Como expressou Filipe de Comines “Dois grandes príncipes, que desejam estabelecer boas relações pessoais, nunca devem encontrar-se face a face mas sim comunicar através de bons e advertidos embaixadores” (Morais, 2011: 58).

Segundo o autor, um dos defeitos da diplomacia nesta altura era a importância dispensada ao cerimonial e ainda a grave questão das prioridades. Foi necessário esperar até ao Congresso de Viena de 1815 para resolver esta questão.

O sistema Italiano caracterizou-se pelo ensinamento de que “*a razão do Estado* está acima de quaisquer outras considerações e pelo desenvolvimento de uma série de hábitos e técnicas de oportunismo que cabem na famosa *Combinazione*” (Morais, 2011:59).

Na Idade Média, com a queda do Império Romano, como foi referido anteriormente, a Europa Ocidental sofreu um período de instabilidade, dada a situação política ser agora definida pelos senhores feudais, relativamente dependentes do Papa ou do Imperador Bizantino. Com o Império Bizantino agora a controlar Roma, a diplomacia teve um declínio no seu desenvolvimento dada a difícil comunicação. Consequentemente, o Renascimento trouxe consigo a palavra “procurador”, instituída para designar um enviado. Este tinha como função não só o poder de concluir uma negociação, mas também transmitir pareceres.

Esta função de procurador foi crescendo e no séc. XIII passou a ser designada de “embaixador” (Calvet de Magalhães, 2005: 52).

Segundo Neves, em *Rituais de Entendimento*, Itália todavia, ainda não conseguia estabelecer uma ligação entre as suas cinco principais cidades-Estado – Veneza, Florença, Roma, Milão e Nápoles), pois estas queriam impor a sua hegemonia pela força, sem contudo terem capacidade para liderar as outras quatro. Esta instabilidade trouxe consigo lutas, crises e, entretanto a junção de algumas alianças.

O papa Nicolau V encetou o esforço de alcançar paz no território italiano, interferindo numa altura em que considerava conseguir instaurar um período pacificador, que resultou na paz de Lodi de 1454. Depois deste período, a facilidade de comunicação proporcionou ao embaixador a comunicação com a restante civilização, surgindo assim, a figura de secretário residente, com a função de auxiliar e assistir o embaixador.

Hoje, Roma é indiscutivelmente uma cidade turística, um incomparável depósito de monumentos de todas as épocas, desde o Coliseu, às antigas muralhas da cidade, aos arcos do triunfo, às praças, aos palácios, fontes, igrejas, termas, às catacumbas, ao castelo de Sant’Angelo, às basílicas e à catedral de Roma. Dispõe de uma Universidade Internacional Independente de Estudos Sociais, bem como diversas universidades ligadas à Igreja católica, entre a Academia de Belas-artes, a Academia Nacional de Dança, a Academia Nacional de Arte Dramática e o Conservatório de Música de Santa Cecília.

Concilia ainda a estas enormes capacidades arquitetónicas e monumentais a sua famosa gastronomia Mediterrânica, com a base em azeite e ervas aromáticas, principalmente o basílico, conhecido por nós pelo manjerição, que em muitos pratos é a chave para o sucesso de uma mistura de sabores harmoniosos.

Como ilustração, seguem-se algumas fotografias da cidade que continua a encantar os visitantes.



Ilustração 1 Fontana di Trevi



Ilustração 2 Estádio de Mármore e Estádio de Roma ao Fundo



Ilustração 3 Coliseu de Roma



Ilustração 4 Piazza Navona



Ilustração 5 Piazza di San Pietro



Ilustração 6 Rio Tibre

Fonte: elaborado pelo autor

Capítulo III - Estágio Curricular - Atividades Desenvolvidas

O presente Estágio Curricular surge como elemento final de avaliação no último ano do Mestrado em Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior.

O Mestrado foi realizado sob a orientação de a Professora Doutora Teresa Cierco. Esta escolha deveu-se ao acompanhamento transversal da docente - desde a licenciatura ao mestrado, como docente e como diretora do Curso de Relações Internacionais - bem como, pela sua experiência e conhecimentos aprofundados sobre as Instituições Governamentais e Não-Governamentais.

No que concerne à Co-orientadora, a Professora Doutora Ivone Marília Carinhas Ferreira da Silva, foi escolhida pelo seu vasto conhecimento em Ciências da Comunicação - valia importante para a perceção de muitas das tarefas executadas na Embaixada, dado que a Professora. Ivone Ferreira incide o seu trabalho, desde 2001, em análise de conteúdos mediáticos

Quanto ao Estágio Curricular, desenvolveu-se sob a orientação do Conselheiro Dr. Francisco Duarte Alegre e da Dra. Rita Lourenço que em tudo se disponibilizaram para acompanharem e planificarem as atividades desenvolvidas durante o mesmo.

De seguida, desenvolveremos as atividades realizadas durante o período que compreendeu o Estágio na Chancelaria. No primeiro dia de estágio foi-nos entregue, por parte do Embaixador e dos coordenadores, informação sobre o funcionamento da Embaixada, desde o conhecimento do pessoal ao serviço, bem como toda a instituição e funcionalidade de cada departamento.

Passamos agora a descrever algumas das atividades desenvolvidas durante a realização do estágio.

3.1. Relatório da Organização Económica de Cooperação e Desenvolvimento e Estratégia de Itália para o Crescimento Orçamental

Uma das primeiras tarefas executadas no estágio foi a elaboração de um resumo das ideias essenciais que constavam de um relatório da Organização Económica de Cooperação e Desenvolvimento e Estratégia de Itália para o Crescimento Orçamental. Este documento contextualizava um conjunto de medidas e reformas que visavam melhorar a situação política e económica em Itália a curto-médio prazo.

Fazendo referência ao esforço orçamental de Itália entre 2012 e 2014, de acordo com a informação obtida, o país iria acumular cerca de 81 mil milhões de euros, ou seja, 5 % do PIB.

As medidas restritivas a adotar passavam por: reintroduzir a taxa de propriedade; aumentar a idade da reforma para os 66 anos, em 2012, e para os 67, em 2014 (já em lei), vindo assim a reduzir as despesas do governo local; aumentar os combustíveis e tributação de bens de luxo; rever os gastos para melhorar a qualidade das finanças públicas. No total, estas medidas significaram uma poupança de 4.5 mil milhões de euros em junho de 2012; de 10.8 mil milhões de euros em 2013, e de, potencialmente, 12 mil milhões de euros, em 2015. De acordo com este documento, uma das medidas mais rápidas para a redução da dívida passaria pelos 10 mil milhões de euros esperados em ações governamentais.

As reformas para uma economia mais competitiva passavam também: pela abolição dos impostos mínimos de serviços profissionais; pelo aumento do número de profissionais e ainda por mais liberdade para as estações de serviço de fornecimento de petróleo.

A reforma na administração pública visa “a criação de uma sociedade responsável”, com um regime de formação mais barato e acessível do ponto de vista dos conteúdos ministrados. Esta formação deveria processar-se antes dos 35 anos preferencialmente.

Ainda relativamente à reforma da administração pública em Itália, outras das ideias que constava do documento era a necessidade de os procedimentos administrativos serem feitos *on-line*, tornando-se mais rápidos, eficazes e, principalmente, passassem a ser executados com maior transparência.

No que concerne à reforma do sector da justiça, esta visava: a criação de um tribunal para sentenciar disputas de carácter comercial; a redução do número de tribunais de menor dimensão; e, finalmente, o reforço das políticas anticorrupção e o consequente reforço de regras e leis a este respeito.

A reforma no mercado de trabalho apontava para a criação de um mercado de trabalho mais justo e flexível; subsídios de desemprego e melhorias nas políticas de emprego.

Por sua vez, a reforma na saúde passava pela necessidade de reorganização do sistema territorial de saúde e dos cuidados primários permanentes em toda a Itália, num regime de 24 horas.

Por fim, no sector da educação, as reformas visavam o reforço do sistema de ensino, tendo em vista os índices de satisfação globais, a aposta na inovação, e ainda a criação de incentivos para uma eficaz concretização do mínimo de escolarização exigida por lei (que é em Itália de 16 anos).

3.2. Notícias (Análise de conteúdo)

Outra das tarefas a desenvolver numa primeira fase passou pelo levantamento diário das notícias publicadas na comunicação social italiana, de forma a analisar em que medida esta abordava as relações entre os dois países - Itália e Portugal. Especificamente, tratava-se de saber se a perspetiva adotada pelos *media* era de aproximação ou de afastamento. Era também importante perceber a forma como estes meios se referiam a Portugal, por comparação com outros países da Europa, nomeadamente, todos aqueles que se encontra, sob resgate da Troika.

Todas as publicações jornalísticas, como os estudos ou relatórios sobre a situação económica, política ou cultural de Itália, eram semanalmente enviados para o MNE, para conhecimento das autoridades portuguesas.

Da pesquisa e análise diária de jornais e televisões italianas, pudemos observar que, para além de não existir informação relevante sobre a relação entre os dois países, a menção esporádica a Portugal ocorria em jornais de cariz sensacionalista, por comparação à Grécia e à crise que ambos os países atravessam. Desta forma, a mensagem veiculada pelos *media* em Itália não transmitia a imagem de um Portugal de segurança, mas sim, um Portugal de instabilidade. Este facto pode, pelo menos potencialmente, ter sérias consequências na relação e na política de investimento entre os dois países, prejudicando eventuais contratos ou parcerias de empresas italianas com as suas congéneres portuguesas.

3.3. Contabilidade

Numa segunda fase, a discente desempenhou funções de registo contabilístico de 2012, para o fecho anual da Chancelaria. A contabilidade é um instrumento de apoio e avaliação na gestão da Embaixada, tem como finalidade informar o MNE e o Tribunal de Contas do destino do orçamento que lhe cabe e ainda fornecer serviços de estatística à administração interna.

Desta forma, foram feitos os registos das faturas patrimoniais correntes: despesas de manutenção (consertos vários, manutenção dos aparelhos; manutenção dos sistemas informáticos), rendas (Chancelaria), despesas de jardinagem (residência), salário de pessoal de limpeza, seguros (viaturas), vestuário, comunicações fixas e móveis (Internet, televisão

por cabo, telefones fixos e móveis), segurança (Chancelaria e residência), combustível (gasto pelo Embaixador e para manutenção da residência), material de escritório (mobiliário, equipamentos e consumíveis), transportes (serviços de táxis e passagens aéreas), correios, encargos das instalações (luz, gás e água), entre outras.

As supramencionadas despesas foram registadas num regime diário, em ficheiro Excel pré-designado para o efeito. Os mapas orçamentais, de base mensal, foram executados juntamente com a Dr.ª Rita Lourenço, *on-line*, no *site* do Tribunal de Contas.

3.4. Relatório da Embaixada

A discente colaborou na formulação do Relatório do Plano de Atividades 2012, da Embaixada Portuguesa em Roma, que dá conta do cumprimento dos objetivos operacionais enviados pelo MNE. Esta tarefa, juntamente com a contabilidade, ocupou dois meses do estágio.

Um dos primeiros pontos deste Relatório certifica as iniciativas do Embaixador e de todos os funcionários diplomáticos da Embaixada que, nas suas respetivas áreas de competência, participaram em várias atividades de representação nacional. As representações da Embaixada foram asseguradas na totalidade dos *briefings* setoriais organizados pelas autoridades italianas. O Embaixador procura acompanhar os empresários e visitar exposições e eventos onde estejam expostos produtos portugueses.

Outro ponto do referido Relatório atesta as atividades de representação junto das Organizações Internacionais em Roma, entre elas, três Organismos das Nações Unidas - Food and Agriculture Organization (FAO), International Fund for Agricultural Development (IFAD) e World Food Programme (WFP) -, marcando presença nas reuniões cuja temática envolva Agricultura, Segurança Alimentar, Nutrição, Pescas, Florestas e Desenvolvimento Rural. Também o acompanhamento de reuniões dos respetivos órgãos de governança e grupos de trabalho, bem como a participação em reuniões de coordenação da União Europeia e do Grupo Regional Europeu em Roma, representando o nosso país, são uma prioridade, seja na qualidade de membro efetivo, seja na de observador.

O Relatório explora ainda e descreve todas as iniciativas de âmbito cultural na atividade consular, assim como toda a informação financeira dos serviços do MNE e a racionalização dos recursos e redução de custos com bens de consumo.

O *site* da Embaixada é um ponto importante neste Relatório, pois é um instrumento dinâmico de divulgação de serviços, notícias e atividades relevantes da Chancelaria, contribuindo para agilizar as informações ao público e aumentar a visibilidade de Portugal em Itália. A discente responsabilizava-se por atualizar as informações periódicas.

Em 2012, foi acrescentado um novo ponto ao Relatório do Plano de Atividades: a organização da estrutura, processos e pessoas. Esta avaliação da organização a nível Consular, da Embaixada e da Residência, foi realizada através de um questionário de serviços

consulares, para medir o nível de satisfação dos utilizadores deste serviço, com vista à melhoria qualitativa do mesmo. Foram realizados três questionários dirigidos aos trabalhadores da embaixada, consulado e residência, com vista a assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores. A discente começou por preparar, numa primeira fase, um exemplo modelo de questionário, para ser aprovado pela técnica administrativa; as questões realizadas incidiam na auto-avaliação dos colaboradores, por comparação com o ano de 2011. Numa segunda fase, tinha -se como objetivo saber se o nível de satisfação dos colaboradores dos respetivos serviços tinha melhorado, piorado ou mantido relativamente ao último ano. Por fim, realizou-se uma questão de resposta livre que tinha em vista solicitar ao inquirido a sua opinião do que poderia ser feito na embaixada, consulado e residência, de forma a melhorar os serviços dos mesmos.

Após a aprovação do questionário, a discente encarregou-se da distribuição e recolha dos mesmos, passando posteriormente à leitura e análise, formulando de seguida três documentos em formato digital que continham gráficos analíticos e sugestões dadas pelos inquiridos, tanto da embaixada como da chancelaria e da residência. Estes documentos, depois de analisados e verificados pela técnica administrativa, foram entregues ao conselheiro do embaixador, o Dr. Francisco Alegre.

No que à Embaixada de Portugal em Roma diz respeito, o Relatório alerta para a necessidade de melhorar a eficácia da execução das atividades, uma vez que, as que foram previstas em 2011 para se realizarem em 2012 ainda não o tinham sido na totalidade.

3.5. Angariação de livros para uma instituição

A discente colaborou na angariação de livros para a instituição de crianças do sexo feminino *O Viveiro*. Esta associação voluntária acolhe e dedica-se à formação de meninas órfãs ou necessitadas na Província de Tete, em Moçambique. O apelo passou pelo pedido de doação de livros com o objetivo de criar uma biblioteca para estas crianças: livros adequados à faixa etária das alunas e ao seu pouco desenvolvimento cognitivo, com *design* atraente e gravuras; bandas desenhadas; livros de poesia; livros didáticos; livros de desenhos para colorir e, todo o material que pudesse ajudar a desenvolver o gosto pela leitura e escrita em língua portuguesa.

Da parte da Embaixada, foi elaborado um ofício que foi enviado a várias editoras portuguesas. Até à data do fim do estágio, apenas uma tinha acedido colaborar com o projeto - que continua a cargo da Dr.^a Rita Lourenço.

O envolvimento da Embaixada no projeto, para além do papel humanitário de ajuda ao nível do desenvolvimento cognitivo e linguístico, assenta no objetivo estratégico da missão *OE3*, segundo o *site* da Embaixada Portuguesa em Roma. *Promover a difusão da língua e cultura portuguesas nos Estados acreditadores*, divulgando a Língua Portuguesa e facultando

meios de ensino-aprendizagem, em Itália, ou em qualquer país que assim o deseje, como Moçambique, membro da CPLP.

3.6. Diversos

A discente ocupou-se ainda, de atividades suplementares, que auxiliaram o bom desempenho dos serviços. Desempenhou também funções no arquivo de contratação de funcionários, bem como, na elaboração de pastas descritivas de auxílio para o Conselheiro Agrícola, para que este rapidamente tivesse acesso aos membros permanentes adjuntos da FAO em Roma.

Considerações Finais

Portugal e Itália têm em comum muito mais do que uma língua latina - no que poderíamos considerar uma dependência portuguesa face a Itália - ou a localização geográfica a sul da Europa, a zona tida como problemática do continente, por oposição aos países do norte. Ambos partilham problemas comuns nos sistemas políticos, uma evidente dificuldade em manter a economia nacional em níveis longe da subsistência ou da grande contenção; ambos partilham um resgate do triunvirato europeu - Banco Central Europeu (BCE), Comissão Europeia (CE) e Fundo Monetário Internacional (FMI), a temida Troika.

Se, como vimos no subcapítulo *Relações Diplomáticas Portuguesas*, Portugal e Itália têm mantido relações diplomáticas cordiais, com lugar a momentos de partilha cultural, científica e económica, também é verdade que ainda há um longo caminho a percorrer até que a presença de cada um enquanto acreditante seja notável e com resultados realmente benéficos. Veja-se por exemplo a limitada bibliografia disponível sobre as relações diplomáticas entre ambos, as paupérrimas informações transalpinas disponibilizadas no *site* do Instituto Italiano da Cultura (IIC) de Lisboa, a falta de uma política educativa do Italiano como Língua Estrangeira (LE) em Portugal ou do Português com LE em Itália, ou ainda a pouca divulgação do turismo nacional na península italiana.

Uma experiência de trabalho numa Embaixada, ainda que em estágio, comporta sempre uma mais-valia a quem a realiza, quer pela integração numa instituição que é o rosto diplomático do país acreditador, quer pelas equipas plurais que o constituem, quer ainda pelo método de trabalho que influi positivamente nas aprendizagens.

Desde o primeiro ano do 2º ciclo de Bolonha que a mobilização dos conhecimentos apreendidos durante a licenciatura encontrou eco nas leituras complementares, nos fóruns de discussão, nas conferências e debates assistidos, num crescendo de saberes que esperamos perpassem no presente Relatório de Estágio.

Por estes motivos, consideramos bastante positivo o percurso até ao momento, pelo enriquecimento e domínio de competências que até então se encontravam embrionárias, como ocuparmo-nos da contabilidade da Embaixada, adquirindo real conhecimento dos custos da mesma; ou a interação com um grupo de trabalho, nomeadamente os funcionários da chancelaria que reforçou em muito o espírito de relacionamento interpessoal.

Todavia, encontrámos algumas dificuldades que recaíram na ausência de um projeto de estágio de desenvolvimento, isto é, não existia um plano prévio que estabelecesse à partida metas ou tarefas a desenvolver, proporcionando-nos alguma instabilidade inicial. Esta falta foi colmatada de imediato e o estágio decorreu sem dificuldades de maior.

Deixamos como sugestão final a possibilidade de a Embaixada reforçar o corpo de colaboradores com funcionários de especialização e qualificação diversificada, a fim de obter uma melhor distribuição e organização de tarefas, partilhando a informação e melhorando a

comunicação entre cada setor.

Bibliografia

Livros:

CRAVINHO, J.G.(2002). *Visões do mundo*. Lisboa: ICS.

FISHER, R., Ury, W. & Patton (1993). *Como conduzir uma negociação*. Porto: Edições Asa.

MAGALHÃES, J. C. (2005). *A Diplomacia Pura*. Lisboa: Bizâncio.

MAGGIOROTTI, Leone Andrea (1940) . In FEDERZONI, Luigi (org.). "Architetti militari italiani in Portogallo" em *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo - Memorie e Documenti*. Reale Accademia d'Italia. pp. 421-432.

MOREIRA, Adriano (2011). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Almedina

NEVES, J. C.P (2011). *Rituais de Entendimento*. Coleção Biblioteca do MNE - Série A. Portugal: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

PASSOS, Carlos (1956). *Relações históricas Luso Italianas*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha (1990). *Estudos de História da Cultura Clássica*, Vol. II, Cultura Romana. Lisboa: F.C.G..

PO, Guido (1940) ."La collaborazione Italo-Portoghese alle grandi esplorazioni geografiche ed alla cartografia náutica". In FEDERZONI, Luigi (org.). *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo - Memorie e Documenti*. Reale Accademia d'Italia. pp. 261-322.

SOUSA, Fernando et al. (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Lisboa: Edições Afrontamento.

Documentos on-line:

Ambasciata del Potogallo a Roma, <http://www.embportroma.it> [5 de janeiro de 2013].

Boletim Mensal da Economia Portuguesa (BMEP), N°4, 2013, www.gpeari.min-financas.pt/analise-economica/publicacoes/ficheiros-do-bmep/2013/abril/BMEP-abril2013.pdf, [04 de Junho de 2013].

CARVALHO, Joaquim de. "Sobre o humanismo português na época da Renascença", www.joaquimdecarvalho.org/artigos/artigo/92-Sobre-o-humanismo-portugues-na-epoca-da-renascenca-/pag-2#sthash.5XmSLCds.dpuf [5 de Junho de 2013].

Eleições legislativas italianas 2013, <http://pt.euronews.com/tag/eleices-italianas-2013/> [5 de Junho de 2013].

Gabinete de Documentação e Direito Comparado. *Convenção sobre Relações Diplomáticas, celebrada em Viena em 18 de Abril de 1961*, <http://www.gddc.pt/siii/docs/dl48295.pdf>, [12 de maio de 2013].

Gabinete de Documentação e Direito Comparado. *Convenção sobre Relações Consulares, concluída em Viena em 24 de Abril de 1963*, <http://www.gddc.pt/siii/docs/dl183-1972.pdf>, [12 de Maio de 2013].

Governo de Portugal - Ministério dos Negócios Estrangeiros (2013). Direcção-Geral De Política Externa, <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/estrutura-organica/dgpe.aspx> [01 de junho de 2013].

Istituto Nazionali di statistica, www.istat.it, [04 de Junho de 2013].

Instituto Diplomático Do Ministério dos Negócios Estrangeiros (2013), Relações Diplomáticas, <http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/398-italia.html>, [04 de junho de 2013].

Instituto Nacional de Estatística, www.ine.pt, [04 junho de 2013]

O Rinoceronte de Dürer, <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e71.html> [24 de janeiro de 2013].

Oxford Dictionaries Diplomacy, http://oxforddictionaries.com/definition/american_english/diplomacy, [24 de maio de 2013].

Portugal e cidades Italianas (séculos XIV-XVI), <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=947> [04 de abril de 2013].

RAMALHO, Américo da Costa (1964). "Algumas Relações Italianas de Cataldo Áquila Sículo". In *Humanitas*, 15-16. Coimbra: FLUC.

Riserva di Monte Mario, <http://www.comune.roma.it/PCR/resources/cms/documents/riservamontemario.pdf>, [04 de junho de 2013].

Santo António de Lisboa, <http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/m3.html>, [25 de maio de 2013].

Universidade de Coimbra. História de Roma Antiga. Vol. I: Das origens ao final da República, <http://www.uc.pt/chsc/recursos/jfgm/jgm2.pdf>, [04 de junho de 2013].

